

AUDITORIA DO PROCESSO DE LICITAÇÃO DO FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PARA CÃES E GATOS DA PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL

Guilherme Povala Dutra^a, Roberta Cristiane Zanette^b, Itacir Alves da Silva^c

^a Acadêmico no Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário da Serra Gaúcha.

^b Acadêmica no Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário da Serra Gaúcha.

^c Mestre em Administração, professor do Centro de Negócios da FSG.

O processo de licitação realizado através da entidade pública regida pela Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, atua para atribuir condições as solicitações da população e atendimento das necessidades da prestação de bens e serviços do município, conseqüentemente este suporte auxilia ao desenvolvimento local, já que estes são essenciais para o bom andamento da cidade. Partindo deste pressuposto, o presente trabalho apresenta os pontos relevantes ao que tange o edital de fornecimento para alimentação de cães e gatos e reflete se a abertura do processo de licitação para o processo de escolha do fornecedor e aquisição dos alimentos destes, está de acordo com a legislação nela estabelecida. Para esta pesquisa foi necessário utilizar algumas fontes correlacionados ao assunto para a colaboração do embasamento deste estudo, sendo elas: Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, disponíveis no site do Planalto. O Decreto Municipal n.º 16.048, de 5 de dezembro de 2012, Decreto Municipal n.º 18.357/2016, Decreto Municipal n.º 18.364/2016 e Decreto Municipal n.º 19.078/2017, disponibilizados no site da Prefeitura de Caxias do Sul. Para um melhor entendimento, foi utilizada a obra literária de Oliveira (2017) e a obra técnica elaborada pela Controladoria e Auditoria Geral do Estado – CAGE. Para alcançar a finalidade proposta deste estudo, foi elaborada uma lista de verificações, contendo os itens observados, a conclusão, a base legal e a sugestão de melhoria, se necessário. Através dos itens abordados, foi possível verificar a aplicabilidade da legislação perante ao edital. Desta forma, foi estruturada uma tabela para um melhor entendimento dos fatores de maior relevância. Assim, conclui-se que as informações disponibilizadas no edital se encontram de acordo com a legislação, levando em

consideração de que o serviço que será prestado para os entes públicos deve ser levado demasiadamente a sério. O edital apresenta todos os requisitos necessários para que a prestadora de serviço possa oferecer o serviço de forma segura e adequada aos beneficiários. Como continuidade deste estudo, se sugere utilizar uma metodologia de maior eficácia para o acompanhamento dos editais, bem como, participar de um processo licitatório na prática. Assim, é possível entender e compreender a real finalidade destes procedimentos administrativos, até mesmo alavancar e enaltecer os cidadãos para que haja maior interesse no acompanhamento destes processos criando uma cultura em prol a conscientização social e fiscal para o município.

REFERÊNCIAS

CONTROLADORIA E AUDITORIA GERAL DO ESTADO-CAGE. **Manual do Gestor Público**. Porto Alegre, CORAG, 2011.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende; **Licitações e contratos administrativos**. 6. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017.

PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL. Disponível em: <
<https://caxias.rs.gov.br/uploads/documents/2018/01/16/58b68e04-8a99-444c-8c0e-ac85cea16d84.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL. Disponível em: <
<https://caxias.rs.gov.br/uploads/documents/2018/01/22/8cc891ca-3c7e-48c8-b1a7-0f423959d162.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL. Disponível em: <
<https://caxias.rs.gov.br/uploads/documents/2018/01/22/3c72e32e-4e22-4da1-aeaa-c40b7f1b82f2.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL. Disponível em: <
<https://caxias.rs.gov.br/uploads/documents/2018/01/22/4817a7e5-7150-4410-b840-78e42f658990.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2018

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm>. Acesso em: 26 mar. 2018.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10520.htm>. Acesso em: 26 mar. 2018.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm>. Acesso em: 26 mar. 2018.